

A CIDADE

OBJETO DE ESTUDO E EXPERIÊNCIA VIVENCIADA*

MARIA STELLA BRESCIANI

* Este artigo é parte de pesquisa apoiada pelo CNPq.

R E S U M O *Estudar a(s) cidade(s) implica estabelecer conexões de tipo variado com a própria experiência de viver em cidades. Conexões objetivas de moradia e trabalho, laços afetivos tecendo espaços nos quais as lembranças compõem um acervo especial, nós intrincados que relacionam expectativas e imagens, idealizadas em grande parte e resistentes à passagem do tempo. O interesse intelectual pelo estudo da(s) cidade(s) procede com certeza de questões colocadas no presente, ainda quando nos fazem retroceder para um momento no qual consideramos poder captar um elo significativo que elucide as pouco acolhedoras condições de vida nas cidades contemporâneas.*

P A L A V R A S - C H A V E *Cidade; urbanismo; história; imagens; memória.*

A cidade que tão bem conhecíamos mudou. Essa constatação se repete, no decorrer de gerações, sempre nova, sempre imperiosa. É comum a lembrança de avós, pais, tias, tios recordando saudosos outra cidade, a mesma, que de tão transformada lhes escapa... É comum um cheiro sutil e passageiro, uma imagem fugidia ou o ambiente de um fim de tarde cinzento trazerem num relance a sensação de uma situação vivida, tal como a *Madeleine* proustiana, metáfora do *insight* captado por Walter Benjamin para falar desse passeio interno por nossas lembranças involuntárias suscitadas repentinamente. A mais comum das avaliações sobre a cidade, diuturnamente presente na imprensa escrita e televisiva, à qual somos induzidos a vivenciar e vivenciamos de fato, é que a cidade está em crise. No entanto, a atualidade dessa constatação e/ou sensação parece repor-se há duzentos anos pelo menos, desde que já faz parte dos registros dos que falaram da(s) cidade(s) desde o início do século XIX. Foi talvez a acentuada presença de expressões de espanto e sua persistente repetição nas várias formas de linguagem no decorrer de dois séculos o que inicialmente me intrigou. Algo como se a idéia (ou idealização) de cidade e o estar nela se apresentassem em constante descompasso. Ou, usando uma observação de Giulio Carlo Argan, como se as estruturas do espaço *cidade*, que não está na realidade objetiva, mas no pensamento que a pensa, não mais coincidisse com a dimensão do distinto, do relativo, do consciente, do *ego* em contraposição à natureza sublime e dimensão do transcendente, do absoluto, do *superego* (Argan, 1993, p.212). A cidade, produto do homem por excelência, fugindo ao seu controle, espaço agigantado cujas dimensões escapam à compreensão humana.

Esses registros repetitivos sugeriam que a concepção de cidade – uma imagem de cidade, ainda que pouco nítida, inscrita em nosso subconsciente – não mais encontrava correspondência na imagem da cidade que se tem diante dos olhos, na qual se vivia e na qual hoje estamos.

A primeira constatação desse, digamos, mal-estar se deu ao estudar as cidades no século XIX, quando encontrei o uso recorrente de metáforas para falar da cidade em textos de poetas, de literatos, de filantropos, médicos, advogados e demais pessoas que deixaram registros escritos. O descompasso entre uma suposta noção e a efetividade exigia a

adjetivação da cidade ou o recurso a metáforas – a grande cidade, a cidade moderna, o monstro urbano –, ou ainda, a substituição do termo pelo de metrópole quando se tratava de uma cidade correspondendo a um centro irradiador e/ou sugador de homens e recursos. A imagem mais forte, porém, relacionava a cidade moderna a uma certa inversão de valores – Wordsworth, em 1800, não só designou Londres como monstruoso formigueiro plantado na planície, mas deu ênfase a esse mundo atarefado (*busy world*), às insígnias dos comerciantes afixadas nos frontões das lojas à semelhança dos brasões da nobreza, além de mencionar a dança rápida de cores, luzes e formas, e as pessoas passando tal como uma corrente sem-fim, apressadas, umas atrás das outras ou face a face sem se olharem. Também constituía temas recorrentes o crescimento desmesurado de cidades como Londres e Paris, os estranhos misturados à população local, a agressividade contida no comportamento das pessoas, o medo de se aventurar por suas ruas, a ameaça sempre à espreita, de tocaia.¹

¹ Anotei esses registros em vários textos desde *Londres e Paris no século XIX. O espetáculo da pobreza* (1982) e “As faces do monstro urbano. As cidades no século XIX”, in *Revista Brasileira de História*, n.8-9, 1985.

Talvez uma frase de Giulio Carlo Argan sobre a cidade moderna condense a razão desse espanto:

A cidade que, no passado, era o lugar fechado e seguro por antonomásia, o seio materno, torna-se o lugar da insegurança, da inevitável luta pela sobrevivência, do medo, da angústia, do desespero. Se a cidade não se tivesse tornado a megalópole industrial, as filosofias da angústia existencial e da alienação teriam bem pouco sentido e não seriam – como no entanto são – a interpretação de uma condição objetiva da existência humana. (Argan, 1993a, p.212.)

Argan argumenta que o existencialismo de Kierkegaard, Heidegger e Sartre, o materialismo marxista e as críticas duras de Horkheimer, Adorno e Marcuse não se justificariam se a cidade não tivesse se transformado no ambiente físico concreto, incontestavelmente opressivo e repressivo que se tornou. E coloca a pergunta de modo direto: “Mas o que de fato aconteceu na cidade moderna?”.

Ora, para Argan, isto, sem dúvida, se deve em grande parte à redução do valor do indivíduo, do *ego*; o indivíduo não é mais do que um átomo na massa. Elimina-se com esse valor o valor da história de que o *ego* é o protagonista, e eliminar o *ego* como sujeito corresponde a eliminar a natureza. “A realidade não é mais dada em escala humana, isto é, na medida em que pode ser concebida, pensada, compreendida pelo homem.” Aconteceu, a seu ver, uma inversão de posições em que as máquinas agem melhor do que as mãos do homem. Os computadores raciocinam melhor (eu diria, mais rápido) do que sua cabeça. Nessa condição subordinada do homem ocorre uma inversão fundamental: “o mito do sublime e do terrífico, não mais representado pelas forças cósmicas, transfere-se para as forças tecnológicas, portanto humanas, que submetem as forças cósmicas e as utilizam. É assim que o homem faz da sua técnica um mito, e o que é pior, um mito novamente tectônico” (Argan, 1993a). Tem-se, portanto, em suas palavras a técnica, ou melhor, a aposta em seu poder transformador das condições de vida urbana e moldador do cidadão, uma das portas conceituais de entrada para elucidar o uso das metáforas de monstros mecânicos para apresentar/representar a cidade moderna, industrial, *locus* privilegiado da produção e reprodução do capital.

Essa aposta humana na potencialidade da técnica disponível certamente subjuga o homem e parece ganhar autonomia, podendo ser assemelhada ao que se tornou a cidade no mundo atual: alguma coisa que “não pode mais ser considerada um espaço delimitado, nem um espaço em expansão; ela não é mais considerada espaço construído e objeti-

vado, mas um sistema de serviços, cuja potencialidade é praticamente ilimitada” (Argan, 1993a). Preocupado com as questões e desafios colocados ao urbanismo, Argan propõe a noção de “sublime”, rerepresentada e comentada em meados do século XVIII por Edmund Burke,² como chave para que possamos entender a dimensão psicológica desse viver em cidades modernas. Se no tempo anterior à urbanização acelerada produzida pela industrialização, ainda no início do século XIX, o sublime estava na natureza – o espaço não-organizado, não-protégido, espaço de fronteira –, o campo habitado por seres cuja natureza parecia incerta e ambígua, entre o humano e o animal, para além da qual se dispunha a verdadeira natureza, selvagem, considerada inimiga, inacessível, inviolada, freqüentada pelas feras, pelos gênios do Bem e do Mal e por Deus, essa noção se transportou para os domínios da cidade. “Na história da interpretação da cidade, e, depois, do urbanismo como disciplina autônoma, o tema do ‘sublime’ está sempre presente e determinante” (Argan, 1993a). Estaria nas catedrais góticas e na arquitetura de Michelangelo e de Borromini, tal como no geometrismo de Ledoux, no ascetismo de Gaudí, entre outras tantas coisas. Até o componente utópico do urbanismo, uma constante até hoje, “nada mais é”, prossegue o autor, “do que a extrema ramificação da poética do ‘sublime’. Com o acréscimo, porém, de que hoje o ‘sublime’ ou o transcendente é dado como subjugado pelo esforço tecnológico do homem”.

O argumento com os quais Argan, em “O espaço visual da cidade”, introduz sua concepção de urbanismo – “O urbanismo é uma disciplina moderna. O passado praticamente ignorou a figura e a atividade do urbanista, bem diferente da do arquiteto da cidade” (Argan, 1993b, p.240) – fala e retoma o tema do texto anterior, “Urbanismo, espaço e ambiente”, ou seja, aquilo que para ele distingue essa disciplina de qualquer outra “não é certamente a qualidade dos seus conteúdos, mas o processo com que os elabora, os coloca em relação dialética entre si, os organiza em um sistema cujos diversos componentes dão lugar a uma resultante. A resultante não é um quadro estatístico nem a representação sintética de uma situação social de fato; é um programa, um plano, um projeto tendo em vista a mudança de uma situação de fato reconhecida como insatisfatória”. E deixa claro a questão básica: “Trata-se, porém, de saber o que e com que fim se programa, se planeja, se projeta” (Argan, 1993b).

Até onde pode ir a aposta do homem na tecnologia, aposta que chegou ao limite de, ao projetar a cidade do futuro, dispensar o espaço físico, o nível do terreno, e as projeta suspensas e como tramadas no ar ou precipitadas nas entranhas da terra? As indagações contidas em “Urbanismo, espaço e ambiente”, texto escrito em 1969, podem ser colocadas em diálogo com aquelas de “O espaço visual da cidade”, de 1971, no qual Argan expressa dúvidas e incertezas quanto ao lugar ou a posição em que se coloca o urbanista nos dias de hoje:

Como disciplina que visa interpretar, estabelecer, reorganizar e finalmente programar para o futuro a conformação da cidade, o urbanismo está se separando cada vez mais de seu objeto, dir-se-ia até que aspira a destruí-lo. Ora propõe descentralizar, desarticular, desmembrar a cidade, transformando-a em uma inflorescência ou em uma constelação de pequenos aglomerados sociais, coordenados mas auto-suficientes, nenhum dos quais, entretanto, teria a estrutura, o caráter, a configuração da cidade; ora, num movimento apenas aparentemente contraditório, demonstra que o progresso tecnológico das comunicações permitirá chegar, no decorrer de alguns anos e de algumas décadas, à cidade de trinta, cinquenta milhões de habitantes. Essas duas perspectivas, naturalmente, têm por alvo enquadrar o mesmo fenômeno

2 Ver Edmund Burke em *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo* (1993), tradução a partir da edição crítica de James T. Boulton (1986), que tomou como base a 2ª edição (1759) do original de 1756.

– a cidade – na civilização industrial; mas, na realidade, demonstram apenas que, no estado atual das coisas, a civilização industrial colocou em crise a concepção tradicional da cidade, mas ainda não conseguiu substituí-la por sua própria concepção. Com um rápido olhar pela vasta literatura urbanística, de fato, notamos facilmente que, quando ela não se limita a verificar a progressiva e rápida degradação das cidades atuais, imaginamos as cidades do futuro, como se a degradação das cidades dependesse do destino e não da nossa incapacidade de as conservar e como se a forma das cidades futuras dependesse de nós e não das gerações vindouras. (Argan, 1993b, p.225.)

3 O artigo data de 1971.

Com essas palavras Giulio Carlo Argan constatava, há mais de trinta anos,³ terem as cidades escapado às delimitações básicas do urbanismo e expunha sua visão crítica sobre o pensamento urbanístico numa seqüência de observações paralelas entre a disciplina e seu objeto, ambos perdendo de modo acelerado suas características e fundamentos orientadores. A disciplina ainda prisioneira de fundamentos fincados no século XIX, como que perdida em meio ao crescimento contraditório da(s) cidade(s), correndo sem rumo em busca de soluções paliativas para um fenômeno diante do qual se sente pouco confortável; a cidade ultrapassando qualquer projeção anterior do pensamento urbanístico e mostrando uma face pouco aceitável e nada condizente com a racionalidade que deveria orientar sua permanência e expansão.

Argan atribuía esse desencontro a “uma preocupante ambigüidade metodológica” decorrente da indefinição do estatuto disciplinar do pensamento e da prática urbanísticos. Arte ou ciência, economia, sociologia, política, tecnologia: onde localizar esse saber cujo objeto parece se impor de maneira tão óbvia ao olhar? Nem arte – como as cidades concebidas como uma única e grande arquitetura pelos teóricos da Renascença –; nem ciência, atrelada a um conjunto de leis objetivas e constantes; nem o momento prático da sociologia, da economia ou da política, pois aplicáveis sob o aspecto da tecnologia. O urbanismo não se conformaria ao perfil de nenhuma dessas disciplinas. O urbanismo é e reafirma uma disciplina nova que pressupõe a superação desse esquematismo (Argan, 1993a, p.211).

Menos que dúvidas suas, Argan expressa, por meio dessas indagações, dúvidas alheias e que, contudo, parecem conduzir nos dias de hoje grande parte da prática de especialistas das cidades. Seu texto tem um viés polêmico, sem entretanto deixar de ser didático, ao afirmar que o urbanismo é, “em substância, programação e projeto”. E expõe passo a passo como se estrutura um projeto: inicia na forma de componente científico, pois efetua análises rigorosas sobre a condição demográfica, econômica, produtiva, sanitária, tecnológica dos agregados sociais; soma em seguida os componentes sociológico, político e histórico, já que estuda as estruturas sociais e seus possíveis desenvolvimentos; faz depois opções tanto sobre a orientação a tomar, pondo em perspectiva passado e futuro, como sobre o estético, por determinar as estruturas formais. São dados, explica, que não devem ser combinados, porém resultar em algo próprio ao trabalho do urbanista, o plano, o “plano diretor”, que precisa ser encarado em sua finalidade de orientar e não ser imposto ou traduzido em realidades construtivas.

Na base de sua argumentação radica a nítida certeza de que é decepcionante, por ineficaz, a moderna intenção de projetar a cidade para um futuro que não nos pertence. Essa intenção reverteria, a seu ver, o procedimento adotado por levas de gerações anteriores que construíram palácios, catedrais, que se até hoje são limites para o planejamento urbano, foram na verdade construídos para as exigências de seus contemporâneos. “Trata-

se, enfim, de uma herança, não de um planejamento.” E vai além, ao relacionar criticamente a prática contemporânea da preservação, como exigência de nossa cultura, ou seja, uma exigência e necessidade atuais, tão evidentes no modo pelo qual lhe designamos significados diferentes dos que tinham ao serem construídos. A seu ver, constituiria atitude contrária pensar o que deve ser preservado, conservado e transmitido enquanto valor histórico e valor estético, ambos indissoluvelmente imbricados (Argan, 1993b, p.225-7).

Desse modo, Argan localiza a disciplina urbanismo no presente, tempo saturado de historicidade, conferindo à noção de futuro um valor, que eu designaria como ético, orientador da prática no presente, o que comporta parte significativa de passado, nas dimensões do edificado e do pensamento que o orientou. Como urbanista, Argan destaca a questão do “valor estético da cidade”, a cidade como espaço visual. Assim, considera que a cidade é antes de tudo um impacto visual ou uma experiência estética. A ela ou aos seus dados visuais é atribuído valor, seja pela comunidade, seja por uma elite de estudiosos em função do interesse da comunidade, já que, diz o autor, “o que hoje é ciência de poucos, será amanhã cultura de todos” (1993b, p.228). Há, sem dúvida, em seu texto a busca do reencontro da dimensão do indivíduo, do *ego* enquanto sujeito, diria ele, da dimensão humana e do cidadão, por ser ele o elemento fundante da própria cidade.

Ao conferir à experiência o peso maior da atribuição de significado ao espaço urbano e seu tempo próprio, Argan advertia sobre a condição de “abstrações interessadas” para noções, tais como “sociedade”, “comunidade” e “função urbana”, que levariam a considerar a cidade em que se mora como “máquina que deve realizar uma função”. Seriam abstrações “que corroem em profundidade o conceito histórico de cidade, porque o afastam da experiência e, portanto, da consciência”. Transpõe para o espaço da cidade o estudo de Gaston Bachelard sobre a casa – a casa da infância como modelo pelo qual se constrói grande parte da psicologia individual, no que diz respeito às idéias, às imagens profundas de espaço e tempo – e abre um amplo campo de significações singulares da cidade para cada um de seus habitantes. Essa experiência, entre consciente e inconsciente, de cada habitante reproduzida graficamente resultaria em um quadro bem mais complexo do que o emaranhado de cores, traços e pontos de uma obra artística de Pollock, ainda que nele estivessem representados somente os trajetos executados por seus habitantes no intervalo de somente uma hora. Esse emaranhado marcaria, entretanto, trajetos e pontos nodais constantes. Percursos que pouca semelhança guardariam com o percurso lógico ou necessário, e portanto previsível, do urbanista. Esse *estar na cidade* se traduziria no registro das imagens cotidianas e conteria uma lógica – a do mapa do espaço-cidade e a do ritmo de tempo urbano – formada pelos trajetos de cada um de nós, durante os quais deixamos trabalhar a memória e a imaginação. Nada é gratuito ou puramente casual, diz Argan (1993b).

Onde localizar, de que modo acompanhar esse emaranhado de percursos? Como estabelecer correlação entre ele e a prática de um grupo especializado e circunscrito dedicado a intervir na cidade? Como colocar em diálogo essa lógica especializada e as individuais ou a da maioria dos habitantes da cidade? Como entender essa difusão ampla e ampliada dos valores atribuídos à cidade? Mais ainda: qual o significado histórico, e portanto inscrito no presente, da atribuição de valor estético às cidades? Conferir-lhes identidade singular? Diferenciá-las simplesmente? Reduzi-las a uma essencialidade inerente? Argan faz em seguida uma afirmação categórica sobre a necessidade de uma “análise psicológica” que se baseie no “estudo da experiência urbana individual como princípio de qualquer pesquisa sobre os modos de vida urbana de uma sociedade real” (1993b, p.233).

Esse conjunto de indagações soma-se a questões assemelhadas presentes em trabalhos dos filósofos Anne Cauquelin e Pierre Ansay, autores interessados em devolver a cidade ao cidadão (ver Cauquelin) e em restabelecer o vínculo entre pensamento filosófico e cidade (ver Ansay). Cauquelin por sentir a defasagem entre o saber e a prática dos especialistas em intervenções urbanas e o modo pelo qual o cidadão se apropria da cidade; Ansay preocupado com a condição empobrecida do pensamento filosófico, por ter-se afastado de, ou mesmo renunciado a, seu solo original, a cidade (Cauquelin, 1982; Ansay, 1989, p.23-51).

Para este texto os argumentos de Cauquelin (1982) interessam mais de perto, pois a autora lembra o quanto a perspectiva temporal do cidadão permanece exterior ao urbanismo, da mesma maneira “como um dicionário permanece exterior à escrita ou como as regras de sintaxe à produção e ao deciframento de um texto”. Ao apontar esse descompasso entre temporalidades diversas, essenciais porém à apreensão do espaço urbano, a autora introduz um elemento complicador para a experiência dos próprios urbanistas no que concerne a percepção do tempo: a duplicidade manifesta na confrontação entre, de um lado, a seqüência de momentos rigorosamente encadeados em uma técnica e, de outro, o desejo de se eternizar em uma produção que busca atenuar o drama do destino humano em direção à morte”. Deixar uma marca de imortalidade na pedra seguindo os procedimentos técnicos disponíveis, este o duplo jogo do tempo tão bem conhecido pelos urbanistas e arquitetos.

Embora na prática o especialista saiba que o entrecruzamento complexo e tenso de temporalidades, inerente ao ofício do arquiteto e do urbanista, é insuficiente para dar conta da produção de uma cidade, ele se mantém consciente de que esse tempo intervem na textura de um projeto, cuja fonte reside em um estoque de possibilidades acumuladas por uma memória da história da arte e por modelos anteriores. Os projetos se formam a partir dessas imagens completadas por comentários, estilos de vida e de monumentos, do qual ele, o urbanista, retira necessariamente os elementos de seu saber. Cauquelin vê inscrita nesse procedimento a própria prática do urbanista já que considerava impossível recusar ao arquiteto o direito de se nutrir da memória específica que é também fonte de seu saber-fazer. Saber especializado, diverso daquele de Vitruvius, inserido num tempo outro em que, embora o mundo do arquiteto fosse composto de elementos heterogêneos próprios ao seu ofício, ele os partilhava com os demais cidadãos. Tempo constituído por crenças, ilusões e desejos, cultura e memórias compostas no qual a edificação deitava raízes; em que o saber-fazer coincidia com o saber-viver, completa Cauquelin.⁴

A imagem elaborada textualmente pela filósofa para compor a diferença entre o “tempo” do arquiteto-urbanista e o “tempo” do cidadão se aproxima daquelas sugeridas por Argan quando as compara aos quadros de Pollock. Imagem de maior complexidade ainda, pois tecida por dobras do tempo denso composto por memórias fixadas em estratos superpostos, visíveis, contudo, em sua simultaneidade no presente, imagem aproximada por ela à descrita por Freud nas primeiras páginas de *O mal-estar na civilização*.⁵ Camadas de memórias fixadas, algumas por monumentos e edifícios espalhados pela cidade, outras formadas pela maneira pela qual se vive em cidades, fragmentariamente, diz ela, com esquecimentos e lacunas, orientados e submetidos que somos às opiniões correntes – a *doxa* dos gregos, essa “opinião” vagabunda, alterável, mutável, transportadora de cacos de lembranças históricas, mas também de lembranças pessoais, mescladas à escuta e à escrita, aos monumentos e aos costumes –, tal como compomos nossa própria história de

4 Joseph Rykwert comenta a incapacidade das autoridades cívicas e dos “experts” planejadores em pensarem uma nova cidade como uma totalidade, como um modelo que deve conter significados outros além dos lugares-comuns do zoneamento (indústria, habitat, lazer etc.). Estaríamos hoje em face do empobrecimento do nosso discurso sobre a cidade por recusarmos e estranharmos a concepção antiga que considerava a cidade um modelo simbólico [“to consider the town or city a symbolic pattern”], in Joseph Rykwert, “Prefácio” de *The Idea of a Town. The Anthropology of Urban Form in Rome, Italy and the Ancient World*, 1989, p.23.

5 Freud fala do sentimento de eternidade ou “oceânico”, algo relativo ao sentimento de ilimitado e infinito que estaria inscrito no mais profundo do âmago humano – segundo sugestão de um seu amigo e leitor – e que ele prefere, deixando de lado a difícil tarefa de lidar cientificamente com os sentimentos, ou como um sentimento de união indissolúvel com o grande todo, pertencimento ao universal, tratar como um elemento derivado de um ponto de vista intelectual. Um sentimento do eu (ou de mim) formado no decorrer dos anos de formação até se chegar à idade adulta. Ver Sigmund Freud, *Malaise dans la Civilisation*, 1979, p.5ss.

vida. Um tempo, esse do cidadão, que recobriria, em seu entender, com uma fina película a vida social, servindo-lhe como suporte e moldura.⁶

Também ela, tal como Argan, encontra na experiência do ser urbano uma das bases necessárias à apreensão da cidade. Trata-se da cidade escondida, recortada em detalhes formados pelo tempo do aprendizado e do trabalho, dos sucessos e dos fracassos humanos.⁷ Uma imagem da cidade muito próxima à apresentada por Walter Benjamin em muitos de seus textos; uma percepção do espaço trabalhada pela memória voluntária, que escapa entretanto à rigidez organizada desta, sendo invadida por lapsos de esquecimento e de lembranças desconcertantes, arrancadas do fundo do subconsciente, dessa memória involuntária fugidia e pouco apropriada a se deixar envolver por explicações ou seqüências objetivas.⁸

Foram indagações como estas as que me instigam a estudar a formação do pensamento urbanístico sobre a cidade de São Paulo, reduto de um saber de especialistas que propuseram intervenções, exatamente como projeção, como plano de organização, com o objetivo maior de colocar no centro de sua prática a importância de se superar uma situação considerada insatisfatória da “existência humana como existência social”.⁹ A proposta do estudo tem como suporte teórico exatamente a concepção do urbanismo como projeto estruturado por dados “objetivos”, contudo, nutrido também por imagens idealizadas e utópicas, cujo norte se situa em um lugar idealizado de perfeição. Isto implica afirmar a existência de uma distância entre a prática de projeto, por mais “realista” que se propõe, e sua efetivação, tal como se interpõe uma distância entre a intenção projetiva da lei e o comportamento que objetiva disciplinar. Com isso, desejo afirmar uma posição que questiona afirmações de que, aqui entre nós, os projetos urbanísticos e arquitetônicos são importados¹⁰ e nesse transplante e em sua realização se modificam e/ou se apequenam.¹¹ Por serem importados constituiriam cópias pouco refletidas (no sentido forte de reflexão, de pensamento), algo assemelhado a um mimetismo característico de uma cultura sem solo próprio, atrelado à atração fatal exercida por países de cultura mais avançada. Posição que também se desloca para a relação entre a lei e sua efetiva aplicação, como se a prática legal fosse sempre formada pela distância e inadequação entre o pensamento importado de seu país originário, que seja o liberalismo inglês, o francês, ou a sua versão estadunidense, e seu uso inadequado em países como o nosso, no qual o “atraso” e o “arcaísmo” fazem dele uma “idéia fora do lugar”.¹²

O ponto de partida do estudo fixa-se no final do século XIX e início do século XX, momento em que se pode surpreender a formação desse “pensar o urbano” em São Paulo, cidade que cresce, se modifica pela multiplicação de suas “funções”. Cidade que um memorialista como Alfredo Moreira Pinto diria, em 1900, havia deixado de ser o burgo dos estudantes e se transformado em uma cidade moderna, até na composição de sua população.¹³ A surpresa contida no relato de Alfredo Moreira Pinto reveste-se de uma dimensão positiva, conduzida pela constatação de que em trinta anos a cidade se modernizara graças à dinâmica de sua vida comercial, financeira e industrial, à presença dos imigrantes com novas idéias e costumes: o belo viaduto sobre o vale do Anhangabaú ligando o Centro velho ao Centro novo, o traçado projetado de bairros recém-abertos, as medidas sanitárias tomadas pelas autoridades e o significativo aumento do fluxo de pedestres e de veículos no seu núcleo central.

Outra questão desafiante é onde localizar o desacerto e a distância que se interpuseram entre as intenções projetuais dos urbanistas e das autoridades municipais e estaduais e a cidade tal como se apresenta hoje: uma questão histórica. Impossível renunciar, entre-

6 Para a noção de *doxa* e de sua apropriação por Cauquelin, ver capítulo 1, “Le lieu du temps”, 1982, p.19-22.

7 Fiz aqui um resumo bastante redutor dos argumentos iniciais do instigante livro de Cauquelin, contidos nos capítulos 1, “Le lieu du temps”, e 2, “Les plis du temps”.

8 Penso principalmente em “Sobre alguns temas em Baudelaire”, “O flâneur” e “Infância em Berlim por volta de 1900”. Textos constantes de várias coletâneas, das quais cito aqui *Walter Benjamin. Obras Escolhidas II e III* da Editora Brasiliense (São Paulo), editadas em 1987 e 1989, respectivamente.

9 O termo é de Argan, em “O espaço visual da cidade”, 1993b.

10 Remeto para o livro recentemente publicado de Candido Malta Campos, *Os rumos da cidade. Urbanismo e Modernização em São Paulo*, 2003. Nele o autor, a despeito de uma pesquisa extensa e por muitos motivos útil, reitera os velhos chavões da dependência intelectual, inclusive da *intelligentsia* brasileira em relação aos seus pares estrangeiros, retomando a dicotomia centro-periferia para explicar os processos de modernização da cidade de São Paulo, neles vendo somente a importação de modelos estrangeiros. Nossa intenção não é a de polemizar nesse plano, mas a de verificar a maneira como os especialistas brasileiros participam da formação desse fundo comum de conhecimentos que constitui a “disciplina” Urbanismo e o modo pelo qual são aplicados seus princípios na atividade de intervenção na capital paulista.

11 Também o estudo de Heliana Angotti Salgueiro (*La casaque d’Arlequin. Belo Horizonte, une capitale éclectique au 19e. siècle*, 1997) reproduz esse mesmo viés teórico, empobrecendo, do meu ponto de vista, uma soberba pesquisa sobre o projeto e a fundação da cidade de Belo Horizonte na década final do século XIX.

12 Ver de Raquel Rolnik, *A Cidade e a Lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*, 1997.

13 Tratei desse relato em “Imagens de São Paulo. Estética e cidadania”, in *Encontros com a História. Percursos históricos e historiográficos de São Paulo*, 1999.

14 Penso aqui nas considerações de Germaine de Staël quando, em *Essai sur les fictions* (1979, p.25), disse ser a imaginação a faculdade mais preciosa do homem, pois seria nela que criáramos imagens colhidas entre as boas lembranças destinadas a mitigar os sofrimentos inerentes à vida humana. O texto foi escrito em 1795 sob o impacto dos acontecimentos da Revolução Francesa de 1789. Remeto para as reflexões de Jacy Alves de Seixas em “Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica”, 2001, p.59.

tanto, a ter em mente dois momentos vivenciados em minha experiência pessoal, momentos intermediados pelo tempo da memória que me traz à lembrança a cidade dos anos 50 e 60, lembranças talvez idealizadas pela escolha que faço, mas certamente pela distância temporal e pelo trabalho de rememorar, seletivo, sempre um pouco excludente.¹⁴ Lembranças que carregam imagens fugidias da cidade, do prazer de transitar anônima pelas ruas centrais, se sentir submersa em meio à multidão do fim de tarde, o pôr do sol escondido entre os edifícios, se deixando entrever no trajeto pela praça da República e no viaduto do Chá. Foi a São Paulo de hoje que me incentivou a indagar como historiadora sobre esse processo de um século de duração que leva os que por aqui viajam a se verem freqüentemente submetidos ao impacto negativo da imagem atual da cidade. Foi a condição de cidadã que me colocou a questão de como se vive em São Paulo: esse descompasso entre intenções bem-intencionadas (na maioria das vezes, quero crer) das autoridades e o resultado pouco animador; a surpresa de que iniciativas individuais podem mostrar que a cidade pertence e pode ser edificada pelo cidadão. Devaneio? Pode ser...

O terreno plano ganha contornos ao som do martelo. Da terra – antes coberta apenas pelo mato – sobem paredes, constroem-se tetos, nascem barracos. Por todos os cantos, a construção não pára. Cerca de 300 famílias, reunindo perto de mil pessoas, já moram no local em uma enorme área da Prefeitura, ao lado da Estação Itaquera do metrô, na zona leste de São Paulo. Muitas outras pregam pedaços de madeira para fazer o mesmo. Todos eles querem moradia. Se hoje o cenário lembra o de um acampamento, logo o lugar poderá se transformar em mais uma favela da capital. (*OESP*, 10.7.2003.)

Uma notícia corriqueira nos jornais da grande imprensa paulistana. Seu título – “Como nasce uma favela em SP”. O caderno “Cidades” de *O Estado de S. Paulo* de 10 de julho de 2003 noticiava a ocupação de um terreno da Prefeitura ao lado de outra matéria que informa já ter sido obtida pela municipalidade uma liminar de reintegração de posse do terreno. Pequenos trechos de entrevistas com os “invasores” dão conta das precárias condições de vida dessa população que, mesmo ameaçada com o despejo, expressa a firme intenção de resistir, de reconstruir os barracos derrubados pelo vento forte que se abateu sobre a capital paulista durante a madrugada. Afinal, diz uma chamada: “Local já tem boteco e padaria”. A matéria detalha informações tais como a de que a padaria foi feita dentro de um contêiner e que uma moradora vive com sete de seus nove filhos dentro de um barraco de 1,5 por 2,3 metros, fugindo de outra favela que diz “ser um lugar onde não tem vida digna, onde nem lei entra”.

Alguns dias antes, em 28 de junho, o mesmo caderno “Cidades” trazia uma matéria com o título: “Moradores iniciam mutirão para salvar São Vito”. Trata-se de um edifício situado no Centro da cidade, no número 3.197 da avenida do Estado, às margens do rio Tamanduateí e fronteiro ao Mercado Central da rua da Cantareira. O edifício, transformado em favela vertical há anos, compõe, no dizer do articulista, uma das “imagens mais conhecidas de São Paulo”. Contudo, segundo matéria de um ano antes, 10 de agosto de 2002, desse mesmo caderno “Cidades”, ele parecia estar com seus dias contados. O articulista criticava até a possibilidade de serem gastos pela Prefeitura US\$ 6,2 milhões dos US\$ 100,4 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinados a financiar a reabilitação do Centro da cidade. Há sem dúvida uma questão estética apontada na reportagem quando afirma o desconforto produzido pela aparência do edifício: “uma das imagens de degradação”, “uma favela vertical ... caindo aos pedaços ... os vidros

estão quebrados ... a fachada está deteriorada com remendos de tijolos sem reboco”. Mas a seu mau aspecto soma-se a falta de manutenção do equipamento básico: “os elevadores não funcionam ... o esgoto vazando na calçada bem na entrada do prédio”. Contudo, seus 683 apartamentos minúsculos distribuídos pelos 26 andares, onde vivem 3.084 pessoas, denunciam um grave problema social. A maioria dos moradores paga R\$ 100,00 de aluguel, trabalha na área central, bem servida de transporte, “próxima de tudo”, como diz um entrevistado.

Segundo Marcos Barreto da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento, o projeto de recuperação do São Vito constituía parte da intenção dessa Secretaria “de fazer de novo do centro uma área de moradia de qualidade”. Afinal, informava Barreto, “em vinte anos, de 1980 a 2000, a região perdeu 30% de sua população ... Hoje, existem no centro cerca de 45 mil imóveis desocupados. Com a reabilitação da área queremos que as pessoas voltem [a] morar ali”. Em 2002, portanto, dos mais de US\$ 100 milhões, US\$ 48 milhões seriam empregados no programa Morar no Centro.

Em 21 de julho de 2003, na página dois – na seção “Espaço aberto” – de *O Estado de S. Paulo*, a socióloga Maria Ruth Amaral de Sampaio apresentou um comentário consistente sobre a situação do São Vito, comentário enriquecido por informações acerca do significado arquitetônico e urbanístico dos edifícios gêmeos, São Vito e Mercúrio, e outros tantos prédios de apartamentos de pequenas dimensões construídos nos anos 50 para a população de baixa renda.¹⁵ Em suas palavras:

Naquela década, São Paulo foi caracterizada por um acelerado processo de verticalização, principalmente em sua área central e nos bairros limítrofes ao centro. A arquitetura moderna tinha trazido para os arquitetos novas preocupações, entre as quais a sensibilidade à questão social, principalmente relacionada à habitação, às necessidades de assegurar luz e ventilação, a ênfase na economia da construção, a introdução de novas tecnologias e a possibilidade de tipologias menores, com dimensionamentos mínimos, que deram origem aos pequenos apartamentos de um dormitório ou às quitinetes dos anos 50, precursoras dos flats de hoje. (*OESP*, 21.7.2003.)

A autora relaciona a lista de edifícios e respectivos arquitetos responsáveis por seus projetos, na maioria nomes importantes na área e representativos da arquitetura moderna no Brasil – Niemeyer, Warchavchik, Eduardo Kneese de Mello, entre outros. Amaral de Sampaio informa que na década de 1950 havia carência de habitações e de transporte urbano coletivo, o que tornava a área central da cidade um conforto para seus moradores e um atrativo para empreendimentos privados que buscavam suprir as demandas não atendidas pelo poder público por meio dos Institutos de Aposentadorias e Pensões e da Fundação da Casa Popular. Sua posição clara é a de que se deveria atuar na recuperação desses edifícios, todos localizados em área central, de modo a dar condições decentes de moradia aos que os habitam para revitalizar essa área, além de manter esses marcos simbólicos da arquitetura moderna em São Paulo. Ela comenta também que, ao invés de demolir o São Vito, “a municipalidade desenvolveria uma ação muito mais racional e coerente com sua política tão divulgada de incentivar a moradia no centro, se cuidasse prioritariamente desses cidadãos paulistanos, auxiliando-os a melhorarem o espaço em que vivem” (*OESP*, 21.7.2003).

Afinal, as preocupações das autoridades públicas de São Paulo em relação à área central da cidade parecem não se limitar à questão da moradia. Uma das matérias, ainda de

15 Maria Ruth Amaral de Sampaio publicou, recentemente, *A promoção privada da habitação econômica e a arquitetura moderna. 1930-1974* (2003), no qual trata da questão.

O Estado de S. Paulo, publicada em 10 de agosto de 2002, ao noticiar as precárias condições do São Vito, estende-se comentando o projeto de reabilitação do Centro que prevê a recuperação de outros cinco edifícios considerados de função pública. Entre eles, o Solar da Marquesa de Santos (única construção remanescente do período colonial) e a seu lado a Casa nº 1, ambos situados na pequena rua que desemboca no Pátio do Colégio. Da lista consta ainda o prédio Martinelli, que com seus 23 andares causou sensação em 1929, ano em que foi completada sua construção, e até hoje é um dos símbolos marcantes da paisagem da cidade.

Um ano depois, 30 de junho de 2003, outra reportagem noticia a intenção de Geraldo Alckmin, governador do Estado, de negociar a compra de oito prédios no Centro da cidade entre as ruas 15 de Novembro e Boa Vista. Ou seja, mantém-se a intenção de reabilitar a área central que algum tempo atrás ganhou, com a reforma do prédio do Banco do Brasil, um centro cultural bem no coração da cidade. Em 19 de julho de 2004, a chamada da matéria principal do caderno “Cidades” de *O Estado de S. Paulo*, diz: “Bares devolvem animação ao centro de SP”. Uma foto mostra um trecho de rua do Centro velho, o largo do Café entre prédios antigos (“históricos”, nas palavras do articulista) preservados, onde se encontram animados freqüentadores de fim de tarde de sexta-feira, distribuídos pelas mesas do calçadão. A matéria, que se estende à página 3 do caderno, descreve o ambiente agradável formado pelos freqüentadores – bancários, gente da Bolsa [Bovespa], funcionários de cooperativas de crédito, de lojas e escritórios, advogados – formando verdadeiras ilhas que, diz a matéria, “nem se imagina existir nesse canto da cidade”. A maioria se dizia confiante na segurança da região ao caminharem até o estacionamento de seus carros; mesmo casais moradores da área central se diziam seguros ao retornarem a pé para suas casas. Não há no texto menção a qualquer tipo de realização relativa à intenção do governador Alckmin veiculada em *O Estado de S. Paulo* a 30 de junho.

Outro artigo, este sobre o mutirão dos moradores do São Vito, de 28 de junho de 2003, não fazia sequer menção ao processo de reabilitação dos cinco edifícios, reabilitação prevista um ano antes pelo representante da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento (OESP, 10.8.2002), nem mencionava qualquer subvenção para a recuperação do próprio São Vito. São os moradores, temerosos com a ameaça de demolição desejada pela Prefeitura, que haviam se mobilizado em mutirão para reformar, pelo menos, sua área interna. “Aqui é como uma cidade do interior. Entre os 3 mil moradores temos muitos pedreiros, eletricitas e pintores que estão ajudando”, diz a síndica, que como outros moradores desafiam a “Prefeita Marta Suplicy” a vir tentar demolir ou implodir o edifício. O número de problemas é enorme, variando entre o não-pagamento do condomínio por cerca de 65% dos condôminos, as dívidas com a Sabesp e a Eletropaulo, mais os direitos trabalhistas de ex-funcionários. Entretanto, a síndica e alguns moradores entrevistados pelos repórteres dizem não serem problemas maiores do que os que assolam as edificações do Cingapura e da Cohab.

Essas matérias da imprensa dão uma pequena amostragem dos problemas enfrentados na cidade de São Paulo em relação às condições de habitação de parcela significativa de seus mais de 10 milhões de habitantes. São assustadores os números apresentados em abril deste ano por artigo da revista *Pesquisa Fapesp*: “A cidade de São Paulo tem 2.018 favelas, com um total de 1,16 milhão de habitantes vivendo em condições precárias de saneamento e habitação”.¹⁶ O artigo, cujo tema principal diz respeito à saúde e escolaridade das crianças moradoras nessas áreas, relata os resultados de pesquisa realizada pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM) com o qual foi elaborado o *Mapa da Vulnerabilidade*

16 “Pobreza desvendada. Centro de estudos mapeia áreas para implementação de políticas públicas”, in *Pesquisa Fapesp*, n.86, p.16-7, abril de 2003.

social e do déficit de atenção a crianças e adolescentes no Município de São Paulo. Argelina Cheibub Figueiredo, diretora do CEM, expõe a dificuldade na realização da pesquisa que demandou o cruzamento de informações dispersas de diferentes bases de dados, entre elas, o mapeamento do perímetro das favelas e a estimativa da população residente baseada na análise de 8.500 fotos aéreas e 800 inspeções físicas feitas pelos pesquisadores do CEM e da Secretaria Municipal de Habitação. Como resultado, obteve-se o mapeamento da pobreza da cidade – mapeamento que servirá de base para a ação da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura.

Afinal, os resultados da pesquisa dão conta de que, se 6,3% da população da cidade desfruta de renda que lhe permite ser classificada como “não sofrendo nenhuma privação”, por desfrutar das melhores condições de renda e escolaridade do município, 3,8% dos habitantes vivem em “situação de altíssima privação”. Essa porcentagem, aparentemente pequena em termos estatísticos, representa nada menos do que “algo em torno de 420 mil famílias vivendo na periferia da cidade ... famílias com alta concentração de crianças entre 0 e 4 anos e de jovens de 15 a 19 anos, e péssimos indicadores de escolaridade – 18% dos chefes de família não são alfabetizados – e de renda – 76% dos responsáveis por domicílio ganham até dois salários mínimos”.

Contudo, não só a pobreza e suas precárias condições de vida merecem observação crítica de matérias da imprensa. No dia 7 de julho de 2003, em pequeno artigo intitulado “Paisagem paulistana”, na página dois, seção “Espaço aberto” de *O Estado de S. Paulo* – o arquiteto Bendito Lima de Toledo, conhecido por seus vários livros sobre a capital paulistana, denunciava a degradação sofrida pela cidade em virtude de seu gigantismo decorrente da má distribuição demográfica do País. “A cidade não cresce, incha, espalha-se como mancha de óleo no mapa, sem possibilidade de se prover trabalho, habitação, saúde e escola para toda a população” (*OESP*, 7.7.2003). Sua crítica avança, porém, muito além da constatação dessa característica que alinha São Paulo a outras cidades do, assim denominado, Terceiro Mundo. Lembrava ainda a forma desastrosa e corrupta pela qual se fazem as obras públicas na cidade, com absoluto descaso para com a paisagem urbana – mencionando, entre outras “obras”, a via elevada sobre a avenida São João, o “Minhocão”, responsável pela degradação de uma das avenidas mais antigas da área central, como se beleza e bem-viver fossem coisas apartadas.

No dia seguinte, 8 de julho, na página três do primeiro caderno, destinada aos editoriais desse mesmo órgão da grande imprensa, o articulista comentava criticamente os prejuízos para a cidade com a pendência entre diferentes autoridades e a decorrente demora nas decisões para resolver a questão dos “corredores comerciais” encravados em várias áreas residenciais da capital. Um problema antigo que se submetido às leis vigentes representaria hoje em dia, segundo ele, o fechamento de 10 mil postos de trabalho em uma cidade já bastante onerada pelo alto índice de desemprego. A disputa entre as autoridades municipais responsáveis pela Lei que, contando com a aprovação em breve de uma nova Lei de Zoneamento, anistia provisoriamente os estabelecimentos comerciais instalados nesses corredores e a decisão judicial do presidente do Tribunal de Justiça suspendendo a anistia, desencadeia um processo que pode se arrastar por três anos, prazo estimado para que a matéria seja analisada pelos 25 desembargadores do órgão especial do TJ. Nesse meio tempo perde a cidade submetida a uma Lei de Zoneamento que, diz o editorial, deveria ter sido modificada há vinte anos. A matéria fecha alertando para as conseqüências do descompasso entre “a dinâmica da evolução” da cidade e a legislação desatualizada.

Essas matérias escolhidas entre outras que noticiam problemas relativos ao transporte coletivo, às constantes tentativas de fuga e às fugas efetivas de penitenciárias, ao tráfico de drogas e de armas, desabamentos de casas e demais tragédias do cotidiano da grande metrópole parecem desmentir toda a possibilidade de manter sob controle seu crescimento e a qualidade de vida indispensável a seus habitantes. Embora não constituam problemas específicos da capital paulistana, sem dúvida nela se apresentam de forma superlativa contradizendo os vários planos elaborados no decorrer de todo o século XX com vistas a torná-la uma metrópole capaz de oferecer condições de vida digna para sua população. Contrastam com a posição afirmativa das autoridades municipais e dos urbanistas que, na primeira metade do século XX, sempre viram com otimismo a possibilidade de fazer de São Paulo uma grande metrópole e exemplo de boa urbanização.

Grande parte dos problemas é imputada à constante e numerosa corrente migratória que há mais de meio século busca a cidade atrás das efetivas ou quiméricas possibilidades de emprego. Ou seja, parcela importante dos problemas decorreria da má distribuição da renda e das condições do mercado de trabalho no País. Contudo, a aposta na possibilidade de enfrentar e resolver as questões postas pela metropolização de São Paulo persiste. Afinal, se a municipalidade não se dispõe, aliás não poderia se dispor, a oferecer condições de trabalho para o número sempre crescente de seus habitantes, deveria enfrentar os problemas de infra-estrutura – saneamento e energia elétrica, bem como de transporte coletivo, assunto que tem merecido matérias constantes na grande imprensa paulistana – que se avolumam, estando longe de atender às necessidades básicas da população.

Para entender a afirmação de que esses não são problemas específicos da cidade de São Paulo, acredito ser importante voltar a Argan e a outros urbanistas e estudiosos das questões urbanas que, desde a década de 1970, vêm chamando a atenção para o descompasso entre os planos urbanísticos, o planejamento regional e ecológico, as intenções de controlar o crescimento das cidades e seu entorno ambiental, e o que nelas ocorre. Nesse sentido, os dois textos já citados de Argan – “O espaço visual da cidade” e “Urbanismo, espaço e ambiente” – guardam atualidade por falarem dos desafios postos aos urbanistas. Em suas palavras encontra-se o registro de uma constatação e de um alerta severo: “A cidade não se funda, se forma. As cidades fundadas e construídas por imposição não tiveram desenvolvimento, não são cidades”. Para ele, “Pienza é um modelo, um objeto de museu; Brasília é um grande ministério; a cidade industrial de Ledoux, ou um século depois, de Garnier, é uma extensão da fábrica” (Argan, 1993a, p.224). Mesmo considerando problemática essa afirmação sua, penso que Argan trabalha uma aposta, utópica sem dúvida (porém qual intenção urbanística não guarda uma dimensão utópica?), mas extremamente atraente por recolocar o homem no centro de seu próprio mundo. Para ele, “o que define, conserva e transmite o caráter de uma cidade é o impulso, a pressão ou apenas a resistência que cada um, em sua esfera ‘particular’, opõe à destruição de certos fatos que têm para ele [o habitante] valor simbólico ou mítico, e todos [os habitantes opõem] de comum acordo à destruição de certos fatos sobre cujo valor simbólico há consenso geral”. Essa pressão do cidadão não estaria mais presente nas cidades que deixaram de ser “unidades de vizinhança”, aquelas “em que todos se conhecem”. Nas cidades modernas “cessam as razões de defesa interna e as lutas cidadinas, que tornavam úteis as ruas tortuosas” e o acaso e a surpresa se vêm eliminados pela organização em perspectiva dos traçados retilíneos que mensuram e diminuem distâncias (1993b, p.234-5). Em outras palavras, quando a cidade deixa de ser lugar de abrigo, proteção e refúgio e torna-se aparato de

comunicação, no duplo sentido de deslocamento e relação, de transmissão de determinados conteúdos urbanos: a autoridade do Estado ou da Lei, da arquitetura privada expressando com o luxo e a grandeza a condição social ou apenas econômica dos proprietários.

Estudioso das cidades, Joseph Rykwert também localiza nos problemas do trânsito a atual concentração das preocupações das autoridades urbanas e do usuário da cidade, pedestre ou motorizado. Os constantes engarrafamentos atormentam de tal modo a vida urbana que a engenharia de trânsito terá (deverá substituir) que substituir o planejamento urbano. A imagem positiva e valorizada do tráfego intenso das cidades, considerado índice de desenvolvimento, está sendo revista, já que os especialistas da área estariam sempre um passo atrasado em relação às demandas. O mesmo acontece com as suposições otimistas dos economistas que, durante quase dois séculos, avaliaram positivamente o crescimento demográfico das cidades, correlacionando-o ao crescimento do produto interno bruto nacional. Aprisionados a modelos analíticos de caráter estatístico, esses especialistas e as autoridades públicas confirmam essa tendência, agora avaliada negativamente, para os anos vindouros. Rykwert vai além em sua crítica ao denunciar o silêncio com que se elide a possibilidade de desenvolvimentos outros.¹⁷

Manter o quadro conceitual dentro do qual os planejadores trabalham significa, para ele, recusar qualquer ordenação de natureza extraeconômica e aceitar a idéia de um crescimento autônomo, assemelhado aos processos naturais e às imagens de árvores e de tecido epidérmico, e à noção de patologia quando se referem a crises. Porém, diz ele, “a cidade não é realmente um fenômeno natural. É um artefato – um artefato de espécie curiosa, composto de elementos da vontade e do acaso [*willed and random elements*] imperfeitamente controlados. Quando relacionados com a fisiologia constituem algo antes de tudo mais próximo do sonho” (Rykwert, 1989). Não que sonhos e fantasias sejam dispensáveis. Aliás, diz ele, tudo acontece porque hoje em dia se considera pouco séria a preocupação com sonhos e fantasias, coisas que no século XIX foram vistas como sérias e passíveis de estudos, até científicos. Talvez por isso mesmo, prossegue Rykwert, o pensamento urbanístico tenha se empobrecido tanto. Ocupando-se somente do espaço em termos físicos, o espaço psicológico, cultural, jurídico e religioso não são tratados como aspectos do espaço ecológico, pensado pelos urbanistas exclusivamente do ponto de vista econômico. Ao limitarem-se a soluções dos problemas físicos dos centros urbanos, se esquecem que essas modificações físicas implicam para os cidadãos mudanças simbólicas. Vêm-se, desse modo, planejadores e arquitetos às voltas com um resíduo irracional motivado por preconceitos inconfessos de caráter espiritual ou estético desastrosos para a própria convivência da comunidade.

Para Rykwert é de extrema relevância a preocupação demonstrada por alguns sociólogos quanto aos construtos mentais dos habitantes para se pensar e propor protótipos conceituais de cidades. Acredita mesmo que esses construtos encontram-se nas casas que seriam percebidas como miniaturas da cidade, não da existente, mas da cidade desejada. Rykwert se aproxima em seus argumentos de Argan e Cauquelin por entender a importância de serem reconciliados o modelo conceitual – posto à disposição do cidadão na sua apresentação gráfica dos diagramas dos metrô e trajetos de ônibus – com o que é efetivamente vivenciado pelo cidadão, formado pelo espaço e tempo que nos leva a lugares específicos: casas, trechos e área das cidades. Rykwert não considerava no momento em que escrevia e publicava esse seu livro (1988) que se dispusesse de soluções para essa questão e por isso voltava-se para os tempos antigos, às cidades romanas e sua organização em obediência a leis divinas.

17 As observações que se seguem foram resumidas do “Prefácio” a *The Idea of a Town*, 1989, p.23-6.

Passemos agora a Otilia Arantes que, embora transite por um caminho crítico diverso do de Argan, Cauquelin e Rykwert, em alguns pontos se aproxima deles, em outros deixa patente sua percepção pessimista, desesperançada mesmo, das possibilidades de se reencontrar a dimensão de cidadania nas cidades contemporâneas.

Arantes vem insistindo, desde os inícios dos anos 90, na afirmativa do colapso da idéia de planificação global da cidade e na tendência a se adotar a forma pontual nas intervenções, por vezes, diz ela, “intencionalmente *modesta*”, e mais, “buscando uma requalificação que respeite o contexto, sua morfologia ou tipologia arquitetônica, e preserve os valores locais”. Prossegue refletindo sobre essa tendência ao colocar no debate a questão bastante atual sobre se não se estaria “substituindo a ideologia do *plano* por outra, a ideologia da diversidade, das identidades locais, em que os conflitos são escamoteados por uma espécie de estetização do heterogêneo?”. Otilia não recua perante as implicações, até de caráter ideológico, e insiste no significado da alteração terminológica que substituiu a noção de planejamento pela de “desenho urbano” (Arantes, 1998, p.131-5). Uma restrição que, diz ela:

parece anunciar esse estreitamento das possibilidades de mudança real, que no plano ideológico ... reflete a espécie de renúncia a que obrigou a *déblâcle* irreversível do Movimento Moderno. Encolhimento que não se deve apenas à interferência direta dos interesses em jogo, dos verdadeiros agentes urbanos ou promotores do espaço público: governos – no mais das vezes preocupados em transformar a cidade em imagem publicitária – ou os especuladores imobiliários de sempre (proprietários, construtoras etc.); à qual se somam os limites naturais da profissão, obrigando a dividir a responsabilidade de qualquer intervenção com outros profissionais; mas, basicamente, imposto pelo rumo atual do capitalismo, cuja mundialização é responsável em grande parte por uma urbanização tanto mais intensa e extensa quanto maior o contingente dos “náufragos da competitividade” mundial (só no Brasil, mais de 70% da população pobre reside nas cidades). (Arantes, 1998, p.131-2.)

Otilia Arantes considera no texto citado e em “Arquitetura no presente: uma questão de história?”¹⁸ que “se perdeu a fé no poder emancipador da razão comandando o desenrolar do processo histórico”, que levara os modernos a romperem com a tradição, formando outra, é bem verdade, a da “tradição da ruptura”, como foi denominada por Octavio Paz. Fé fundada na “crença no poder emancipatório da evolução capitalista, que se julgava decorrência inelutável do desenvolvimento das forças produtivas”. Essa reviravolta foi em boa parte motivada pelos resultados da crença na razão que redundou na “funcionalização do novo, formalização da ruptura, e a conseqüente transformação da utopia no seu contrário à medida mesma em que se realizava” (Arantes, 1998, p.41-54), e implicou o colapso da idéia de planificação global da cidade e de sua aposta na organização racional do espaço habitado coletivo.

A cidade fragmentada é para a autora o resultado da nova ordem mundial – a subproletarização – decorrente do aumento do excedente de mão-de-obra não absorvido pelo mercado de trabalho e que agrega conflituosamente essa nova marginalidade urbana de dimensões mundiais. Não se trata mais de explosão urbana, mas de implosão. Em sua perspectiva vive-se um contexto calamitoso em que pouco há para fazer no sentido de resistir a essa tendência perversa do mercado, além de atuações restritas relativas a melhorias das condições de higiene, trabalho, alimentação e saúde. Em sua ótica, inverte-se a avaliação positiva da “heterogeneidade”, da “pluralidade da cidade caótica” e seu caráter

18 Otilia Arantes, *Urbanismo em fim de linha*, 1988, p.43ss.

soft, tão festejado por “alguns deslumbrados”. “De fato, assiste-se a uma estetização da pobreza urbana”, afirma buscando reforço para sua posição em uma citação de David Harvey: “quando a pobreza e a falta de moradia são servidas para o prazer estético, a ética é de fato dominada pela estética, convidando, por conseguinte, à amarga colheita da política carismática e do extremismo ideológico” (Harvey apud Otilia, 1998, p.140). Otilia Arantes expõe todo seu pessimismo na frase com que fecha o artigo: “Ocorre que este último (o capitalismo central) se recompôs inviabilizando de vez a idéia mesma de urbanização, tornando o conceito de cidade uma coisa do passado, como atestam os monstros urbanos em que vivemos, e dentro deles as zonas extraterritorializadas que, sem dúvida, um bom desenho até pode tornar agradável de ver – em maquete, de preferência” (Arantes, 1998).

Na seqüência de seus argumentos apreende-se a crítica severa ao sentido dado atualmente à preservação, para ela, uma manifestação nostálgica de reação à modernidade técnica, um retorno da arquitetura aos estilos áulicos, retorno estranho, diz, que parece “no mínimo um descompasso, um retrocesso brutal, ou algo do gênero”. Não há em seus textos uma recusa cega ao “revivalismo”; lembra até a presença de componentes regressivos presentes na arquitetura monumental do século XIX – nos monumentos e nas casas burguesas – e no medievalismo de Ruskin, carregando ambos, entretanto, uma função simbólica. O que a preocupa é esse retorno esvaziado de sentido simbólico, motivado por especialistas que advogam a causa do urbanismo anárquico ou que fazem a apologia da cidade caótica, plural, fragmentada, *soft*. A apologia das identidades locais, a estetização do heterogêneo.¹⁹ Confusão entre o respeito à alteridade e o culto à diversidade. Cidades com espaços transformados em cenários fascinantes buscando atrair “uma sociabilidade que deixou de existir por causa desse traço desertificante da modernização”, completa.

Sua posição em relação a esse “amolecimento” da cidade onde a tudo pode ser atribuído valor, e que Otilia Arantes relaciona à noção de “desenho urbano”, implica a seu ver “um estreitamento das possibilidades de mudança real, uma certa renúncia à utilização dos meios técnicos ao nosso alcance em função da melhoria material das condições de vida dos habitantes dos grandes centros metropolitanos” (1998, p.132). Desfaz-se o par complementar – modernização e urbanização – enquanto recusa da urbanização demolidora dos modernos orientada por uma pretensa racionalidade da cidade planificada – substituindo-o pela alternativa de intervenções orientadas pela idéia de consertar sem destruir, respeitar a sedimentação dos tempos diferentes, reatando e rejuvenescendo os vínculos com a tradição – construir um lugar, um desejo implausível de devolver a antiga dignidade perdida da continuidade histórica.

Otilia Arantes não vê “nessa intervenção contextualista”²⁰ a possibilidade de se formar um espaço de salvação da cidade e da vida pública perdida, tão desejada por Richard Sennett, a partir do refazer discretamente espaços da cidade, em migalhas, a partir de pontos nevrálgicos com o poder de requalificar o entorno e a relação entre as pessoas. Ela parece concordar com Argan que noções como “comunidade” constituem meras abstrações, pontos localizados no passado, cujo olhar retroprojetivo de alguns parece acreditar ser possível reconstituir. E finaliza afirmando: “os modernos (ao pensarem a ruptura) tinham o sentido da história, nós o perdemos”.²¹

A mesma avaliação crítica severa encontra-se em um artigo de Ana Fernandes (2001, p.317-28), no qual a autora indaga, exatamente, sobre esse consenso de âmbito mundial das intervenções apoiado na generalização dos conceitos. Nos anos de crítica ao racionalismo, ao funcionalismo e ao zoneamento, em que Jane Jacobs (*Morte e vida das grandes*

19 Otilia retoma em outros textos esse tema e aqui a citação é de “Urbanismo em fim de linha”, 1998, p.140.

20 A expressão está em “Cultura da cidade: animação sem frase”, artigo da coletânea *Urbanismo em fim de linha*, 1998, p.146.

21 “Arquitetura no presente: uma questão de história?”, 1998, p.54.

ciudades americanas, 1961), Aldo Rossi (*Arquitetura da cidade*, 1966) e Robert Venturi (*Aprendendo com Las Vegas*, 1971) movimentavam o debate, formou-se um contramovimento de afirmação de novos valores. Eles apontavam para a boa convivência das “cidades tradicionais”, para “os valores ligados à historicidade do espaço construído e à constituição da memória”, e para “a busca de conteúdos comerciais, não cultos ou não eruditos na legitimação dos processos de produção das cidades e de sua forma – uma apologia do caráter híbrido para a linguagem arquitetônica”. Passadas essas décadas de crítica, prossegue, nos anos 80 e 90, “esses conceitos deixaram de ser diferenciados das práticas de intervenção sobre as cidades para se transformarem em termos quase consensuais das ações implementadas no espaço urbano, em diversas de suas configurações: política, empresarial, da mídia e do corpo técnico vinculado à ação sobre as cidades” (Fernandes, 2001, p.319).

Fernandes assinala a mesmice das intervenções com exemplos colhidos, em cidades estrangeiras e brasileiras – Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro – e várias outras implementadas por prefeituras progressistas, todas se reportando à auto-sustentabilidade, ecologia, comunidade, memória, identidade, todas reforçadas por ótica idêntica defendida pelo Banco Mundial. Em todas, a mesmice se forma a partir de preocupações idênticas em relação “às novas centralidades”, em vista da escala territorial imensa das metrópoles, com a recuperação de espaços centrais, regiões portuárias e de grandes equipamentos urbanos que permitam o deslocamento rápido entre esses pontos transformados em atração turística. Também em relação à recuperação do “espaço simbólico” das cidades, a autora indica idêntica preocupação generalizada com a hierarquização urbana em escala mundial; há, diz ela, “uma ânsia de particularidade que a distinga e que congregue habitantes e turistas, cada vez mais presentes no cotidiano”. Uma preocupação em tornar a(s) cidade(s) objeto de desejo na apreciação estética da paisagem urbana que diferencia umas das outras de modo aparente, superficial. Uma terceira dimensão revela a mesmice: a da importância atual dos grandes organismos internacionais impondo na prática metodologias de intervenção sempre atreladas a objetivos monetário-financeiros. “O desdobramento dessas ações em termos de produção do território com fortes características de homogeneidade não é, portanto, surpreendente, assim como não o é sua relação indiferenciada com perfis políticos de gestão urbana bastante distintos”, conclui Fernandes (2001, p.322 e 324).

Há, portanto, nos textos desses autores – Arantes, Fernandes e Argan – a constatação do terreno cediço em que se transformou a área de atuação dos urbanistas, “o urbanista demiurgo foi se transformando num decorador” e o planejamento foi cedendo aos poucos ao “*urbanisme d’entretien*”.²²

Qual seria então o sentido da história para os modernos? Ora, estaria exatamente em seu obstinado esforço em romper com o passado, com a tradição. Nesse ponto escuta-se também as palavras de Rykwert interpretando o Movimento Moderno do pós-Segunda Guerra Mundial. Tratava-se, diz, de uma intenção radical de seus integrantes de fechar um tempo, acreditando que a história, além de seus vínculos com os velhos tempos ruins, nada tinha a lhes ensinar. As ruínas deixadas em muitos países europeus e asiáticos ofereciam o duplo espetáculo do final de uma civilização e de uma nova a ser construída com a garantia proporcionada pela racionalidade planejada e projetada de cidades. Os profissionais eram vistos como pioneiros de um mundo novo e, mais ainda, seu trabalho estaria baseado na pesquisa estatística e na eficiência técnica. Na perspectiva otimista deles, a construção se tornara a maior prioridade social e fizera que até o *status* conferido pela formação nas faculdades de Direito, ainda prevalecente na primeira metade do século em

22 Arantes remete aqui a Alain Ghieux em “Entrées sur la scène”, in *Cahiers du CCI*, n.5, 1998.

países latinos, europeus e sul-americanos, se transferisse em boa parte para a formação em Arquitetura. Até na Grã-Bretanha cresceu a preocupação de autoridades públicas não só com a urbanização, mas também com a própria organização dos espaços domésticos das casas. Rykwert não faz menção à dimensão política dessa mudança de perspectiva em relação à construção civil.

Essa posição otimista teve curta duração, pois, segundo ele, por volta de 1965, a situação mudara em vista de vários dos projetos não terem demonstrado a eficiência almejada. Nomeia especialmente os Estados Unidos ao acolher os veteranos da guerra, não nas cidades de arquitetura projetada por “visionários”, mas em vastos subúrbios urbanizados na velha base especulativa. Sem dúvida, uma reversão de expectativa que não surpreendeu os jovens arquitetos cuja carreira, como a dele, começara depois da guerra e que nunca haviam se convencido da racionalidade e eficácia de seus colegas mais velhos. Eles se davam conta de que, afinal, a cidade não é somente um conjunto de unidades de moradia bem planejadas. O resultado dessa desavença ficou patente na desarticulação do Ciam em seu décimo encontro, organização que motivara a reflexão e a atividade da maioria de planejadores urbanos e arquitetos do imediato pós-guerra. Assim, Rykwert explica sua reaproximação acadêmica com a história, pois, como estudante e recém-formado nessa época, achava insatisfatória a formação que recebera na escola de Arquitetura. Contudo, nesse livro – *The Seduction of Place*,²³ ele faz da cidade contemporânea e das cidades do século XXI seu objeto de reflexão. Da história ele retirou a lição de que as cidades nunca são inteiramente determinadas pelo alto por forças obscuras que mal podemos identificar, menos ainda controlar. Nelas, se somos pacientes, somos também agentes.

É nesse campo teórico que procuro desenvolver minha pesquisa – buscar essa relação entre o especialista e o cidadão, entre projeto e realização, entre intenção e resistência: esse intervalo que sugere nossa participação e cumplicidade com a formação do que hoje são as cidades, o vazio interposto pela genérica acusação de visão distorcida das autoridades com seus olhos sempre voltados para experiências externas, essa explicação *a priori*, sempre disponível, pouco elucidativa, a meu ver: nossa obrigação de participar com os instrumentos profissionais de que dispomos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL DE SAMPAIO, M. R. *A promoção privada da habitação econômica e a arquitetura moderna. 1930-1974*. São Carlos: Fapesp/Rima, 2003.
- ANSAY, P. Approches et enjeux de la philosophie de la ville. In: ANSAY, P.; SCHOONBRODT, R. *Penser la ville. Choix de textes philosophiques*. Bruxelas: AAM, 1989. p.23-51.
- ARANTES, O. Urbanismo em fim de linha. In: _____. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 1998.
- ARGAN, G. C. Urbanismo, espaço e ambiente. In: _____. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993a. p.212.
- _____. O espaço visual da cidade. In: _____. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993b. p.225-41.
- BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas II*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- _____. *Obras Escolhidas III*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

23 O livro publicado em 2000 tem como subtítulo *The City in the Twenty-first Century*. A edição brasileira de *A sedução do lugar* (2004) leva outro subtítulo, *A história e o futuro da cidade*, e traz um “Epílogo” que atualiza suas reflexões para o mundo depois do 11 de setembro de 2001.

Maria Stella Bresciani é professora titular de História Contemporânea e coordenadora do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade (CIEC) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. E-mail: sbrescia@lexxa.com.br

Artigo recebido em dezembro de 2004 e aceito para publicação em fevereiro de 2005.

- BRESCIANI, M. S. *Londres e Paris no século XIX. O espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. As faces do monstro urbano. As cidades no século XIX. São Paulo, *Revista Brasileira de História*, n.8-9, 1985.
- _____. Imagens de São Paulo. Estética e cidadania. In: _____. *Encontros com a História. Percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Ed.Unesp/Fapesp/Anpuh-SP, 1999.
- BURKE, E. *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo*. Campinas: Papirus/Ed. Unicamp, 1993. (Trad. da edição crítica de James T. Boulton, 4.ed. Londres: University of Notre Dame Press, 1986.
- CAMPOS, C. M. *Os rumos da cidade. Urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Ed.Senac, 2003.
- CAUQUELIN, A. *Essai de Philosophie Urbaine*. Paris: PUF, 1982.
- FERNANDES, A. Consenso sobre a cidade? In: BRESCIANI, S. (Org.) *As palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p.317-28.
- FREUD, S. *Malaise dans la Civilisation*. Paris: PUF, 1979. p.5ss.
- GHIEUX, A. Entrées sur la scène. Paris, *Cahiers du CCI – Urbanisme, la ville entre image e projet*, n.5, 1998.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- ROLNIK, R. *A cidade e a Lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- RYKWERT, J. *The Idea of a Town. The Anthropology of Urban Form in Rome, Italy and the Ancient World*. Cambridge, Massachusetts, Londres: The MIT Press, 1989. p.23.
- _____. *The City in the Twenty-First Century*. Londres: Weindenfeld & Nicolson, 2000.
- SALGUEIRO, H. A. *La casaque d'Arlequin. Belo Horizonte, une capitale éctictique au 19e siècle*. Paris: EHESS, 1997.
- SEIXAS, J. A. de. Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: SEIXAS, A. de; BRESCIANI, S.; BREPOHL (Orgs.) *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UnB, 2001
- STAËL, G. de. *Essai sur les fictions suivi de De l'influence des passions sur le bonheur des individus et des nations*. Paris: Ramsay, 1979.

A B S T R A C T *To study the cities means to establish connections to the experience of living in cities. Objective connections concerning living and working conditions, affective ties that build spaces where reminders constitute a special repertoire relating images and expectations mostly idealized and resistant to time. The intellectual interest in studying the city(ies) comes certainly from present questions, despite making us retrocede to moments where we can catch the significant links able to explain the quite uncomfortable living conditions in the contemporary cities.*

K E Y W O R D S *Cities; urbanism; history; images; memory.*